

Pautas da Confederação Evangélica do Brasil: a busca da unidade evangélica e o seu método de leitura da realidade brasileira

Guidelines of the Evangelical Confederation of Brazil: the search for evangelical unity and its method of reading the Brazilian reality

Fernando Coêlho Costa¹

Resumo: Nas últimas décadas no Brasil, o seguimento evangélico ganhou um espaço notório nas mídias, na política e no número de adeptos, mas todas as vezes que se fala em uma voz protestante evangélica não há uma instituição que os represente devido à multiforme manifestação de práticas, crenças e origens – protestantismos. Essa lacuna de representatividade protestante está presente desde os fins do Império e nas primeiras décadas da República, culminando com os agitados anos de 1950 e 1960. O artigo tem como pontos principais um olhar histórico e historiográfico da busca por espaço de representatividade dos protestantes no Brasil e o contexto inicial da criação da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), com objetivo de representar e cooperar política e religiosamente. Esta instituição foi, através de seus Conselhos, Consultas e método de leitura da realidade brasileira, uma voz audível por algumas décadas.

Palavras-chave: Evangélicos, Política, Instituições e Representatividade.

Abstract: In the last decades in Brazil, the evangelical segment has gained a notorious space in the media, in politics and the number of adherents, but every time we speak in an evangelical Protestant voice, no institution represents them due to the manifold manifestation of practices, beliefs, and origins - Protestantisms. This gap of Protestant representativeness has been present since the end of the Empire and in the first decades of the Republic, culminating in the eventful years of 1950 and 1960. The main points of this article are a historical

Recebido em 27 de maio de 2023
Aceito em 12 de março de 2025

¹ Mestre em História Social - UFMA e Mestre em Ciências das Religiões - Faculdade Unida de Vitória.

and historiographic look at the search for space for the representation of Protestants in Brazil and the initial context of the creation of the Evangelical Confederation of Brazil, to represent and cooperate politically and religiously. This institution was, through its Councils, Consultations, and method of reading the Brazilian reality, an audible voice for some decades.

Keywords: Evangelicals, Politics, Institutions, and Representativeness

A busca por espaço de representatividade do protestantismo brasileiro entre o Império e a República

Para que o projeto protestante se alinhasse ao movimento nacionalista pró-República, era necessário que fosse o mais unificador possível. Essa tentativa de unidade discursiva foi possível através da atuação das missões protestantes históricas em território nacional entre os anos de 1855 até a década de 1910. Havia nesse período mais consenso teológico e ideológico entre os protestantes que propriamente dissenso; em vários casos, era necessário recorrer às lutas jurídicas. Ser protestante no Brasil era promover certa unidade de sentido prático, pois “significava um alto grau de consenso teológico, a despeito de diferenças periféricas, como sentido e forma dos sacramentos/ordenanças ou formas de governo eclesiástico”².

Foi assim que, nas primeiras décadas do século XX, o protestantismo se apresentou entre as elites brasileiras como uma opção liberal, moderna e educacional. Nessa fase, protestantes e católicos (e mesmo diferentes tradições protestantes) promoviam certa rivalidade. Assim, para se estabelecer no cenário social brasileiro do Império “os evangélicos apontavam para o fim já conhecido de antemão de uma sociedade evoluída e progressista. As ações se dariam respaldadas pelo referencial visível e indiscutível da civilização europeia e norte-americana”³.

A propaganda feita pelo protestantismo no período associava o catolicismo romano a um atrasado sistema sociopolítico, cultural e religioso. Ao mesmo tempo, tentava demonstrar certa superioridade e *uma unidade identitária entre as igrejas protestantes*. Essa articulação entre progresso, civilização e protestantismo se dava a partir do

² CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica*. Viçosa: Ultimato, 2002, p. 190.

³ SANTOS, Lyndon de A. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira*. São Luís: EDUFMA; São Paulo: ABHR, 2006, p. 186.

pensamento teológico somado a uma prática pastoral que incentivava a formação de leigos para atuar na sociedade⁴.

A massificação da propaganda protestante se dava principalmente por meio de impressos que alcançavam as elites e alfabetizados. Enquanto por meio dos colportores, que vendiam e distribuíam literatura religiosa, era feito um trabalho mais direto com as camadas mais pobres nas cidades e o alcance dos menos instruídos. A circulação de jornais como o “Expositor Cristão” e o “Estandarte”, que comentavam sobre os fatos políticos e sociais a partir do seguimento protestante desde o final do século XIX merece destaque por sua importante função de promover o projeto protestante⁵ (Campos, 2014: 76-116).

A presença de jornais evangélicos circulando no país, divulgava a crença protestante e servia também como exposição de uma proposta à sociedade, a exemplo da Revista de Cultura Religiosa. A revista tinha a tríplice finalidade de “estimular estudos religiosos elevados, divulgar estudos valiosos de religião e fornecer estudos auxiliares da obra cristã”⁶. Ela divulgava a discussão de assuntos pioneiros no cenário religioso e desempenhava um papel de formação de leigos na ausência de institutos teológicos:

A publicação supriria aos leigos das diversas igrejas a instrução para sua a missão. Os leigos conscientizados levariam o cristianismo às massas populares por meio da educação religiosa. Ao lado do ministério oficial, a nova vocação laica – inclusive a feminina – era constituir-se em vanguarda de civilização⁷.

O protestantismo, em sua fase inicial na República, precisou se apresentar como um “projeto de civilização” que eliminasse qualquer interlocutor entre ele o Estado alcançando assim a nação independente das condições econômicas sociais do convertido. Para isso, foram necessárias alianças seja com a Maçonaria em setores do presbiterianismo, mas principalmente por meio da defesa pública do protestantismo através de lutas jurídicas, educacionais e pela busca de uma unidade de sentidos e crenças⁸.

Ainda que a ressalva do Tratado de Comércio entre portugueses e ingleses permanecesse como garantia de liberdade de culto e prática não

⁴ SANTOS, 2006, p. 186.

⁵ CAMPOS, Leonildo S. O protestantismo de missão no Brasil, cidadania e liberdade religiosa. *Revista Educação e Linguagens*, São Paulo, v. 17, n 1, p. 76–116, jan./jun.2014.

⁶ SANTOS, 2006, p. 186.

⁷ SANTOS, 2006, p. 186.

⁸ CAVALCANTI, Robinson. A história dos evangélicos. *Ultimato* (online), Viçosa, 30 nov. 2011.

católica, o discurso protestante “procurou desconstruir a maciça hegemonia religiosa do catolicismo associado a ela o atraso do progresso moral, intelectual e material da população”⁹.

No campo religioso, protestantes e católicos apresentavam proximidades em sua atuação conversionista, aproximação com o Estado e discurso de superioridade. Pois “embora em posições diferentes e concorrentes no campo religioso, católicos e protestantes faziam parte do mesmo campo e estavam sujeitos aos mesmos elementos ideológicos que estruturavam o campo religioso”¹⁰.

Se havia aproximações entre o discurso do catolicismo e do protestantismo brasileiros, as diferenças entre ambos se dava no campo prático-teológico. O protestantismo se diferenciou do Catolicismo frente o Estado Brasileiro por sua postura liberal:

Enquanto os setores mais tradicionais das elites locais e a Igreja Católica se opunham ao liberalismo político e econômico que associavam negativamente à imigração e expansão protestante, setores identificados com o projeto liberal do capitalismo industrial entendiam que a promoção do protestantismo em seus territórios, ou ao menos a concessão para a sua liberdade de atuação, poderia contribuir na contraposição aos seus adversários políticos e na implantação do modelo econômico que propunham¹¹.

Apesar de apresentar certo consenso e um “projeto” para o país, o protestantismo carecia de representatividade e voz jurídica por advento da República e os passos para a formação de uma entidade de cooperação nacional entre os protestantes que atendessem a uma lacuna de representação nacional, servisse para promover a unidade e a identidade protestante brasileira estava cada vez mais perto.

Suprindo lacunas: a organização da Confederação Evangélica do Brasil (CEB)

Nas primeiras décadas da República, já havia entre os protestantes esforços nos campos da mídia impressa, radiofônica e da representação política dos interesses comuns, bem como a cooperação entre as instituições eclesásticas e missionárias somada aos inúmeros sujeitos

⁹ SANTOS, 2006, p. 155.

¹⁰ SANTOS, 2006, p. 186.

¹¹ BASTIAN, Jean-Pierre (Comp.). *Protestantismos y modernidad latino-americana: historia de unas minorías religiosas activas en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 103.

que promoviam uma tentativa de unidade, cuja Confederação seria sua consolidação:

No Centro Brasileiro de Publicidade (1916) e, mais tarde, nas Revistas *Cultura Religiosa* (1922 a 1926), *Sacra Lux* (1935 a 1939) e *Lucerna* (1929-1930) encontramos lideranças como Erasmo Braga, Epaminondas Melo do Amaral, Miguel Rizzo Júnior, Vicente Themudo Lessa, Galdino Moreira, Othoniel Mota, Salomão Ferraz e outros que debatiam temas como a condição da mulher na sociedade, a educação, o voto universal, a guerra e o analfabetismo [...]. O processo de formação e interação de organizações, associado ao número e à intensidade das publicações, viria mais tarde cooperar na formação da Confederação Evangélica do Brasil, [...] que reuniu movimentos anteriores do mundo protestante brasileiro tais como: a União de Escolas Dominicais do Brasil (1911), depois transformada no Conselho Evangélico de Educação Religiosa (1928), a Comissão Brasileira de Cooperação (1916) e a Federação das Igrejas Evangélicas do Brasil (1931)¹².

A organização da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) foi a culminância de diversos esforços em favor da unidade nesse seguimento. Isso ocorre após o Congresso do Panamá de 1916, organizado principalmente devido à ausência de participantes latino-americanos na Conferência Missionária Mundial de Edimburgo, em 1910, quando somaram-se os esforços para que fossem organizadas entidades representativas dos protestantes no continente, e a liderança do presbiteriano Erasmo Braga foi um desses marcos no caso do Brasil¹³.

No campo das alianças dentro do protestantismo latino-americano, o Congresso do Panamá impulsionou a atuação do protestantismo brasileiro na Primeira República. O impulso dado por esse Congresso foi fundamental para a articulação de uma entidade representativa dos protestantes que mesclasse sentimento nacionalista e identidade protestante. De acordo com Longuini Neto¹⁴, “o grande propósito do

¹² SANTOS, Lyndon de A. Geração 40. *Ultimato* (online). Viçosa, 16 out. 2013.

¹³ ROSA, Wanderley P. No fio da navalha: evangélicos e ditadura militar. In: SANTOS, Francisco de A; GONÇALVES, José M; RIBEIRO, Osvaldo (Org.). *Ciências das religiões aplicadas: interfaces de uma ciência-profissão*. Vitória: Editora Unida, 2014.

¹⁴ LONGUINI NETO, Luiz. *Pastoral como o novo rosto da missão*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Escola de Comunicação, Educação e

congresso foi motivar os missionários para que enviassem mais esforços na evangelização das elites cultas da América Latina”.

Sobre as influências sentidas no Brasil após o Congresso, Robinson Cavalcanti afirma:

No Panamá se reafirmou a necessidade de se evangelizar – e em unidade – a América Latina com seu cristianismo nominal e sincrético. Por alguns anos uma entidade produziu um material de Escola Bíblica Dominical para a maioria das denominações, reforçando esse lastro comum, também implementado pela teologia do que se cantava nas igrejas, a partir do primeiro hinário, o ‘Salmos e Hinos’, compilados pela pioneira congregacional Sarah Kalley.¹⁵

Esse impulso recebido pelos protestantes a partir do Congresso corroborou na organização de entidades protestantes, principalmente federações a nível nacional e atuação cooperativa entre as principais denominações protestantes no país.

A criação da CEB demarcou a posição ideológica dos protestantes frente à sociedade brasileira republicana. Ser protestante era vincular, pelo menos no discurso, democracia, progresso e ascensão econômica. Por isso, o projeto de apresentação da fé protestante se deu acompanhado de manifestações públicas e com interesses democráticos. Isso se dava por meio de políticos, articulistas e destacadas lideranças no meio eclesiástico e social. A CEB era, ao mesmo tempo, uma entidade religiosa e um centro difusor do pensamento protestante. Era também a representante das igrejas.

Essa prática em concentrar igrejas e organizações protestantes em diálogo com a sociedade marcou o período de atuação da entidade (1934 a 1964). A CEB reuniu inicialmente igrejas, organizações missionárias e as Sociedades Evangélicas já instaladas no Brasil.

As iniciativas em prol da busca de unidade entre os protestantes brasileiros sofriam algumas limitações devido à crescente polarização ideológico-teológica presente nas igrejas brasileiras até fins dos anos de 1950. As diferenças teológicas entre fundamentalistas e liberais, entre costumes de igrejas urbanas e rurais, bem como as de liderança nacional ou de missionários estrangeiros provocavam muitas diferenças entre as igrejas protestantes de meados do século XX¹⁶.

Humanidades, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo, 1997, p. 114.

¹⁵ CAVALCANTI, 2011.

¹⁶ SCHULTZ, *Deus está presente - o diabo está no meio: o protestantismo e as estruturas teológicas do imaginário religioso brasileiro*. 2005. 406 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2005.

Já por volta da década de 1960, as diferenças mais marcantes eram as que separavam as igrejas entre tradicionais e carismáticas, fazendo referência ao lugar do Espírito na eclesiologia e na prática do fiel evangélico¹⁷. As tentativas promovidas por organismos internacionais de se trabalhar em unidade se deram por meio de duas instituições que promoviam a cooperação, mas com diferentes perspectivas. A primeira entidade foi o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) conhecido pela promoção de diálogo ecumênico e ações entre as Igrejas cristãs de prestação de auxílio e financiamento de projetos interdenominacionais. O Conselho Mundial de Igrejas surgiu em 1948, na primeira assembleia organizada pela comissão conjunta dos movimentos ecumênicos Vida e Ação, Fé e Constituição ocorrida em Amsterdã. Contou com 351 delegados de 147 igrejas, de 44 países, representando quase a totalidade dos cristãos não católicos romanos¹⁸.

A segunda instituição foi o Conselho Internacional de Igrejas Cristãs (CIIC), que adotava como credo mínimo a fé em Jesus Cristo como Deus e Salvador¹⁹. O CIIC se destacava por seu caráter fundamentalista, no que diz respeito aos princípios e práticas religiosas e no modo de crença, além de pautar como sua prioridade o testemunho da fé cristã, no mundo.

No Brasil, as principais igrejas e organizações protestantes optaram por se filiar a um dos dois organismos mundiais, o que as enquadrava, de forma reducionista, como *avançadas* para os fundamentalistas. Enquanto isso, nos espaços da Confederação Evangélica do Brasil os acordos, as discussões e a sobreposição de práticas com o fim de manutenção de certa unidade faziam com que suas lideranças se relacionassem com as duas entidades representativas internacionais.

A CEB tentava manter o equilíbrio, ainda que suas lideranças se identificassem mais com o CMI, já que até o momento era a principal experiência de unidade entre os protestantes. Essa tentativa de imparcialidade não duraria muito tempo, por identificar-se com o CMI e ser prejudicado pelo rótulo negativo de ecumênico entre as maiores denominações tradicionais (Metodistas, Congregacionais, Presbiterianos

¹⁷ SCHULTZ, 2005.

¹⁸ TRABUCO, Zózimo. *À direita de Deus, à esquerda do povo: protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)*. Salvador: Sagga, 2016.

¹⁹ NAVARRO, Juan B. *Para compreender o ecumenismo*. São Paulo: Loyola, 1995.

e Batistas) e a pentecostal Assembleias de Deus; por isso, a Confederação, de certo modo, trabalhava em um limite tênue²⁰²¹.

O processo de institucionalização acontece por conta da necessidade de construção de significações imaginárias sociais e como forma de evitar a descontinuidade de sentido entre o que já se estabeleceu. Por isso, a relação entre as três organizações descritas pode ser compreendida pelo que Cornelius Castoriadis²² denomina de dimensão lógica ou conídica. Essa dimensão pode ser mais bem entendida quando ele afirma que “o imaginário social, como instituinte, constrói significações imaginárias sociais – Deus, os deuses, os ancestrais etc.”²³. Um exemplo dessas significações que se tornam instrumentalizadas pelas instituições, inclusive religiosas, pode visto no que ele escreveu:

Todas as instituições têm também uma dimensão lógica, organizada logicamente, conídica. Lógica que procede através da constituição de elementos, agrupamentos desses elementos em conjuntos e dos conjuntos em conjuntos maiores e assim por diante. [...] é preciso sublinhar isso, pois as pessoas pensam, em geral, que na linguagem temos expressões unívocas, sem ambiguidade, que as ambiguidades são raras ou simplesmente locais ou que não existem senão na poesia etc. Ora, isso não é verdade. A linguagem é constantemente percorrida por ambiguidades; a polissemia é constitutiva de todas as palavras e de todos os termos²⁴.

Essas significações imaginárias percorriam pelos membros da CEB, já que aderir ao CMI era ser identificado com o ecumenismo – e no contexto pós-Segunda Guerra era, em alguns casos, o mesmo que se dizer comunista. De acordo com o relato do ex-presidente do Departamento de Juventude, Waldo César, a CEB recebia recursos oferecidos por meio de projetos, mas não assumia o ecumenismo do CMI²⁵. Ela também passou

²⁰ BITTENCOURT FILHO, José. *Caminhos do protestantismo militante*: ISAL e Conferência do Nordeste. Vitória: Unida, 2014.

²¹ ROSA, Wanderley P. *Por uma fé encarnada*: teologia social e política no protestantismo brasileiro. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

²² CASTORIADIS, Cornelius. *Sujeito e verdade no mundo social-histórico*: Seminários 1986-1987: Criação humana I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²³ CASTORIADIS, 2007, p. 34.

²⁴ CASTORIADIS, 2007, p. 34-35.

²⁵ BITTENCOURT FILHO, 2014.

a promover espaços de discussões e conferências, de forma que o número de igrejas filiadas e de parcerias com inúmeras denominações foi quantitativamente aumentando.

Concorda-se com Bittencourt Filho, que escreveu sobre o importante papel dos organismos representativos dos evangélicos até a metade do século XX, cujos acordos eram também de caráter político, através do que se representava e a quem se escolhia estar vinculado:

As Federações e Confederações de igrejas evangélicas na América Latina foram estabelecidas originalmente com o propósito de reforçar e defender o protestantismo, em virtude de sua condição minoritária. Como não poderia deixar de ser, elas refletiam os ideários das denominações que as compunham. Assim, se tratavam muito mais de organizações interdenominacionais do que propriamente ecumênicas. Esta realidade só veio a ser alterada quando passaram a promover e executar projetos sob o patrocínio do ecumenismo internacional. Tal administração e execução de projetos sociais, além de representar uma prática de intervenção social inédita para as igrejas, tiveram o efeito colateral de contribuir para a superação do denominacionalismo por meio da abertura para a sociedade circundante, que a cada novo desafio, tornava evidente a urgência da unidade²⁶.

De acordo com seu papel original, as federações e confederações tiveram importância fundamental na manutenção do sentido de ser protestante nas primeiras décadas após o Congresso promovido por protestantes da América Latina, no Panamá. No entanto, mesmo com o apoio das organizações denominacionais, a adesão aos movimentos ecumênicos não foi contida, pois eles possuíam produção teológica consistente, financiamento internacional dos trabalhos empreendidos por lideranças locais e a atuação estratégica nos movimentos de base estudantil.

Mendonça identifica que essas lideranças de organizações de juventude cooperaram na formação de grupos, instituições e movimentos nos anos seguintes²⁷. De modo que foi a partir desse incentivo que se

²⁶ BITTENCOURT FILHO, 2014, p. 51.

²⁷ MENDONÇA, Antônio G. *Desafios missionários do Brasil: uma contribuição sociológica*. IN: VVAA. *Sonhos em parceria*. SP: Missão Presbiteriana do Brasil, 1991.

fortaleceram os movimentos de engajamento político, e provocaram a divisão entre movimentos protestantes engajados politicamente ou não.

O engajamento desses movimentos estudantis, operários e camponeses por meio do Setor de Responsabilidade social da Confederação Evangélica do Brasil foram os que mais sofreram oposição do regime militar a partir de 1964. Essa divisão entre protestantes engajados politicamente ou não foi tema da tese de doutorado de Wanderley Rosa, que analisou a relação entre sentido de unidade e pluralidade de práticas no termo engajamento político e social dentro do protestantismo brasileiro. Ele afirma:

Nesse sentido, a década de 1950 e o início da década de 1960 foram exemplares no que diz respeito à articulação de uma ética social cristã que respondesse à altura aos tremendos desafios apresentados pelas rápidas transformações sociais pelas quais passava a nação. No entanto, no seio desse mesmo protestantismo um retrocesso estava em curso, articulado pelos setores conservadores que cultivavam com especial desvelo aquelas características evangélicas exógenas trazidas para cá pelo protestantismo²⁸.

O retrocesso mencionado acima pelo historiador exige a compreensão de dois fatores fundamentais presentes no protestantismo brasileiro a partir da segunda metade do século XX. O primeiro, a fragmentação das denominações protestantes a partir da metade do século, pondo fim às iniciativas protestantes de busca de unidade por meio de federações e confederações representativas em todo o país. O segundo, sobre o contexto sócio-político pela qual passava o país desde a década de 1950. Essas duas características trouxeram também um crescente interesse pela tentativa de compreensão do papel que os protestantes deveriam desempenhar na sociedade. E “[...] aos poucos crescia a tomada de consciência do papel social e político que as igrejas poderiam e deveriam assumir. Isso tudo refletia os acontecimentos nos níveis mundial, continental e nacional”²⁹.

Os objetivos políticos e teológicos da CEB: representar e cooperar

Ao levantar a discussão sobre a Confederação Evangélica do Brasil, Wanderley Rosa desempenha importante análise sobre o papel da

²⁸ ROSA, 2015, p. 119.

²⁹ ROSA, 2015, p. 119.

entidade fundada em 1934. Ele ressalta os primeiros movimentos evangélicos no Brasil que confluíram para a organização da entidade. Para ele, a “primeira importante iniciativa de cooperação foi a Conferência Evangélica, reunida no dia 17 de junho de 1870”³⁰.

Depois dessa iniciativa, que contava com cinco denominações protestantes, houve outras reformulações da entidade de cooperação entre as denominações e missões brasileiras ou de atuação nacional. Em 1873, a organização ganhou o nome de Aliança Evangélica do Brasil e, em 1903, o nome de Aliança Evangélica. Ainda de acordo com a análise de Wanderley Rosa, o início da República foi marcado por um protestantismo que se aproximou da sociedade brasileira, no que ele chama de *abrasileiramento*³¹.

Como entidade que reunia e representava boa parte das denominações, missões e organizações de serviço protestantes, à CEB cabia um posicionamento político que orientasse as igrejas diante do que estava acontecendo. A presença de jovens lideranças atuando junto à CEB foi citada por Boanerges Ribeiro³²: “Representam uma Reforma na Religião Brasileira”. Por meio de periódicos e publicações em jornais ocupavam os espaços de discussão na sociedade da época. Boanerges diz ainda que essas lideranças “expõem superiormente e agradavelmente suas ideias”³³. Esse grupo de protestantes, com uma proposta clara de “formulação de uma ética social cristã para o país” ganhou sua melhor representatividade entre as décadas de 1930 e 1940. Assim, a inserção de “jovens pastores e líderes, sobretudo presbiterianos, presbiterianos independentes metodistas, inquietos intelectualmente, muitos deles abrigados sob o manto da Confederação Evangélica do Brasil fortaleceram a presença protestante nas discussões sociais do período”³⁴.

Conforme Rosa, a CEB tinha como objetivo inicial: “Cooperar com as autoridades federais, estaduais e municipais em benefício do povo brasileiro, para o que serão estabelecidos convênios, efetuados registros de Departamentos e Serviços, e adotadas as providências legais que se fizerem necessárias”³⁵.

Desde seu primeiro estatuto, portanto, a Confederação demarcava sua tendência em promover a articulação de um modelo de protestantismo de serviço e com viés ecumênico. Ainda como um

³⁰ ROSA, 2015, p. 86.

³¹ ROSA, 2015.

³² RIBEIRO, Boanerges. *Igreja Evangélica e República Brasileira (1889-1930)*. São Paulo: O Semeador, 1991, p. 225.

³³ RIBEIRO, p. 225.

³⁴ ROSA, 2015, p. 87.

³⁵ ROSA, 2015, p. 88.

pequeno grupo de protestantes de cerca de 0,5 % da população, essa era a ousada iniciativa de propor uma ética social cristã que a nação brasileira pudesse conhecer e vivenciar³⁶.

Na tentativa de pôr em prática suas intenções, a Confederação foi organizada em três Conselhos subdivididos por Setores. O primeiro foi o da Educação Religiosa, por conta das questões de obrigatoriedade ou não do Ensino Religioso nas Escolas públicas e a frequente necessidade junto aos constituintes de se fazerem representar a opinião protestante perante o Estado. O segundo Conselho foi o de Cooperação, elemento que não somente fomentou o início da CEB, como condicionava sua continuidade. Se levarmos em consideração que até o início dos anos 1940, os protestantes ainda não compunham 1% da população declarada, a cooperação promovida pela CEB era estratégica e fundamental.

O terceiro — que também foi o que mais precisou de articulação institucional — foi o Conselho de Igrejas, organismo que mais incentivou a unidade de atuação entre os protestantes até metade do século XX. Ele pode ser considerado como um marco às diferentes manifestações eclesiais, políticas e culturais dentro do diversificado protestantismo que buscava manter-se em unidade. Foi assim que a CEB cooperou e esteve presente em discussões e no papel de pensar o país. Na CEB, segundo Wanderley Rosa³⁷, “[...] conviviam forças progressistas e conservadoras desse protestantismo. De modo geral, pode-se dizer que até o início da década de 1950 esses dois grupos conviveram com razoável tranquilidade e cooperação”.

As tensões sociopolíticas do final dos anos 1950 dão conta de importantes acontecimentos na pauta do protestantismo brasileiro. O número de protestantes no Brasil agora começava a demonstrar crescimento e havia passado de 0,58% da população, em 1938, para 6,06% (4.071.643 membros), em 1961. Destes, 55% eram de igrejas pentecostais³⁸.

O cientista político Robinson Cavalcanti, ao abordar o contexto dos protestantes do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, comentou: “Os colégios evangélicos estavam no seu apogeu, rivalizando com seus congêneres católicos. Os evangélicos de classe média lutavam para se afirmar socialmente, então mais discriminados do que propriamente perseguidos”³⁹. Ele também analisou a postura e alguns marcos na relação entre evangélicos e Estado brasileiro:

³⁶ BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

³⁷ ROSA, 2015, p. 84-85.

³⁸ BRUNEAU, 1974.

³⁹ CAVALCANTI, 2002, p. 204.

Uma demonstração de força foi o encerramento da Convenção da Aliança Batista Mundial (Rio de Janeiro, 1960), quando 200 mil pessoas lotaram o estádio do Maracanã para ouvir o evangelista Billy Graham. Mais e mais se procurava fazer uso do rádio como veículo de propagação da mensagem. Em 1959 tivemos um acontecimento de profundo simbolismo: um presidente da República em um culto evangélico. Era Juscelino Kubitschek na Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro, nas festividades do centenário da denominação. Os evangélicos aumentavam sua militância política: vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais. [...] Era chegada a hora da nossa presença e influência. A crença generalizada era a de que, se fôssemos maioria ou, pelo menos mais fortes, poderíamos aproximar o Brasil dos padrões dos países do Norte, democráticos e desenvolvidos. Nos anos 50 as primeiras e reduzidas levadas de evangélicos chegaram à universidade, vindas, principalmente das denominações históricas e da classe média⁴⁰.

O cenário político nacional havia experimentado mudanças ainda bem recentes, como a mudança da capital federal para o planalto central brasileiro e as influências da Revolução Cubana de 1959, bem como os golpes por toda a América Latina, que promoviam a insegurança social. A irreversibilidade da internacionalização do capital aumentava as incertezas e as crises na economia. As discussões sociopolíticas eram a agenda dos países latino-americanos no período. Bittencourt Filho apresenta alguns dilemas vividos no Brasil, bem como na maioria dos demais países latino-americanos:

Parecia que o futuro dos povos latino-americanos comportava um dilema que poderia ser assim formulado: ou desenvolvimento (moldes capitalistas), ou revolução (moldes socialistas). No mesmo decênio, novos personagens surgiram no cenário político: os movimentos sociais, populares e estudantis [...]. As ruas das capitais latino-americanas estavam frequentemente ocupadas por manifestantes, trabalhadores grevistas e estudantes combativos. Os intelectuais, por sua vez, questionavam as teorias clássicas e se aventuravam a deslindar as sutilezas da dominação capitalista, conforme se figurava naquelas circunstâncias. Ao mesmo tempo em resposta às condições econômicas

⁴⁰ CAVALCANTI, 2002, p. 204-205.

intoleráveis, setores populares se organizavam na cidade e no campo e, a par disso a luta armada se apresentava como alternativa recorrente⁴¹.

A mobilização política do período girava em torno da instável governabilidade, e a palavra “*revolução*” era tida como algo que mudaria a situação do país. A questão era sobre qual tipo de mudança se esperava que acontecesse. No meio das discussões sobre a revolução e “as rápidas transformações sociais do Brasil”, esse grupo de protestantes procurava entender sobre como deveria ser a postura da igreja nesse processo.

Conselhos e Consultas: o método da CEB para a leitura da realidade brasileira

A Confederação Evangélica do Brasil criou na década de 1950 um setor responsável pela discussão e promoção de ações na sociedade fundamentadas na proposta inicial de uma ética social cristã, o Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI). O SRSI realizou no período entre 1955 e 1962 quatro consultas que giraram em torno dos seguintes temas: *A Responsabilidade Social da Igreja* (1955), *A Igreja e as rápidas transformações sociais do Brasil* (1957), *Presença da Igreja na evolução da nacionalidade* (1960), e a que mais demonstrou caráter militante, *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro – Conferência do Nordeste* (1962).

O diferencial nas Consultas do SRSI consistia na metodologia de leitura da realidade brasileira. Os temas estudados levavam em consideração os aspectos sócio político-culturais, e tinham como objetivo perceber o contexto da época e a atuação de acordo com os princípios de um protestantismo nacional e ecumênico.

A historiadora Elizete da Silva⁴², no artigo *O Reino de Deus e a Revolução Brasileira: um olhar protestante*, fez a relação entre dois diferentes palestrantes intelectuais orgânicos brasileiros com profunda atuação na realidade brasileira da metade do século passado e cujos conceitos-chaves eram “Reino de Deus” e “Revolução”. O primeiro intelectual é o sociólogo Florestan Fernandes, presente na terceira consulta do SRSI. Seu interesse na pesquisa gira em torno da tentativa de

⁴¹ BITTENCOURT FILHO, 2014, p. 37-38.

⁴² SILVA, Elizete da. *O Reino de Deus e a Revolução Brasileira: um olhar protestante*. In: CARNEIRO, Gamaliel da Silva et al. (Org.). *Todas as águas vão para o mar: poder, cultura e devoções nas religiões*. São Luís: EDUFMA, 2012, p. 169-190. (v. 1).

compreender o significado da Revolução almejada por setores marxistas e movimentos sociais do período. O segundo – orador na IV Consulta, a Conferência do Nordeste, em Recife-PE – foi o teólogo e advogado João Dias de Araújo, cujo tema de sua fala era *Conteúdo revolucionário do ensino de Jesus sobre o Reino de Deus*⁴³.

Esta última Consulta produziu dados, recomendações, conclusões e bases teológicas que fundamentavam a ação dos grupos por eles orientados. O recorte a partir da fala de João Dias e de Florestan Fernandes representa a peculiaridade dessas Consultas, em se tratando de protestantismo e política, principalmente pelo contexto das décadas de 1950 e 1960⁴⁴.

Os documentos preparatórios e os que foram produzidos pelas quatro Consultas serviam de orientação para boa parte das igrejas e movimentos protestantes do período. A ausência de consenso não é novidade entre protestantes, dada em certo momento a necessidade de se fazer representar diante da sociedade e Estado em um posicionamento político. Esse grupo de protestantes ecumênicos chamou não somente teólogos e pastores de comunidades religiosas, mas também economistas, cientistas sociais, escritores e inúmeros outros agentes sociais para a discussão sobre a relação entre protestantismo e política nacional.

Um ligeiro extrato sobre as falas dentro da Conferência do Nordeste, em 1962, demonstra a pluralidade de leituras e de discussões promovidas: *Vida e estrutura atual da igreja em relação com seu testemunho na sociedade Latino-americana* (Richard Shaull); *Reflexões sobre a Pré-Revolução brasileira* (Celso Furtado); *O artista: servo dos que sofrem* (Gilberto Freyre); *O artista: servo da Humanidade* (Jacqueline Skiles); *Ideologia cristã como base para a ação social da igreja* (Joaquim Beato); *A forma da igreja na situação presente* (Rubem A. Alves); *Mudanças sociais da história contemporânea* (Paulo Singer); *A renovação da igreja na história* (W. A. Vissert Hooft); *Um homem chamado Dietrich Bonhoeffer* (Curt Kleemann); *Os profetas em épocas de transformações políticas e sociais* (Joaquim Beato); *Conteúdo revolucionário do ensino de Jesus sobre o Reino de Deus* (João Dias de Araújo) e a fala de Juarez Lopes intitulada *Resistências à mudança social no Brasil*⁴⁵.

A cada rodada de discussões, palestras e plenárias, os grupos de interesse se organizavam, sempre no intuito de produzir – após a Consulta – diretrizes para a ação da Igreja diante da sociedade, o que eles

⁴³ SILVA, 2012.

⁴⁴ BITTENCOURT FILHO, 2014.

⁴⁵ BITTENCOURT FILHO, 2014.

chamavam de Responsabilidade Social frente a situação política do país naquele momento e estavam divididos em Educacional/Estudantil; Rural/Campesino; Industrial/Operário; e Artístico/Comunicacional. Os princípios discutidos e propostos durante as Consultas eram voltados principalmente para as questões urbanas, mas incluíam o interesse de uma grande parcela da população brasileira.

O interesse evangelizador do protestantismo de missão ficou evidente desde sua implantação no Brasil. Ele se apresentou com a organização de igrejas e nas propostas apresentadas de interesse republicano e social na transição dos séculos XIX para o XX. Nesse sentido, as Consultas do protestantismo ecumênico representaram um marco na relação entre protestantismo e política, devido seu interesse em políticas públicas.

Como implementação dessa postura social, isto é, tanto para o bem do outro quanto de si, pode-se perceber nas temáticas discutidas pelo SRSI: a percepção sobre as mudanças na sociedade a partir das transformações no trabalho-indústria (Grupo Urbano); as reformas de base e reivindicações operárias (Grupo Industrial); a reforma agrária e relações de trabalho (Grupo Rural); a reforma universitária e a ampliação das vagas (Grupo Educacional); a participação em grêmios estudantis (Grupo Estudantil); e por meio do Grupo de Arte e Comunicação, a discussão dos aspectos que relacionem cultura e igreja⁴⁶.

A pluralidade de falas, de campos investigativos e de cientistas foram bem aproveitadas principalmente nas duas últimas Consultas (de 1960 e 1962). Na terceira Consulta do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, uma das principais presenças foi a do sociólogo Florestan Fernandes – com um discurso de aproximação entre todos os elementos necessários para as mudanças que o Brasil precisava experimentar naquele momento –, e na última, Celso Furtado, que falou sobre o Nordeste no processo revolucionário brasileiro. A possibilidade de diálogo entre cientistas sociais e teólogos protestantes, sob as tensões sociais do período imediato anterior ao Golpe de 1964, foi possível a partir da tentativa de construção de um modelo político de país, projetado em conjunto por meio de diálogo honesto e aberto às críticas⁴⁷.

Dois aspectos foram singulares na fala de Florestan sobre o protestantismo. Primeiro, este precisava ser ativo na evolução da nacionalidade brasileira, principalmente nos campos da política, da economia e da cultura, levando em consideração a contribuição de cientistas sociais. Do mesmo modo em que os cientistas sociais eram necessários para a compreensão dos fenômenos sociais, a Igreja era

⁴⁶ BITTENCOURT FILHO, 2014.

⁴⁷ BITTENCOURT FILHO, 2014.

necessária por ser uma voz profética em meio à realidade brasileira em crise⁴⁸. Em segundo lugar, chamou as lideranças religiosas a uma tomada de ação:

O líder religioso é um homem que pode ser útil a si mesmo, ao crente, à comunidade religiosa a que pertence e ao país onde viva, bem como ao progresso da civilização, desde que seja capaz de se colocar diante das exigências da situação com espírito moderno⁴⁹.

Para Silva⁵⁰, a sociologia desenvolvida por Florestan Fernandes, principalmente sua constante interlocução entre a teoria e prática (ou seja, a práxis no pensamento marxiano), ganhava relevância e aplicabilidade social na realidade brasileira. Ela conclui: “A síntese criativa fernandiana permitiu uma aproximação com os jovens protestantes ecumênicos das décadas de 1950 e 1960, igualmente preocupados com a realidade brasileira, pejada de problemas e desigualdades sociais”⁵¹.

Com essa aproximação entre protestantes ecumênicos, sob a égide do Setor de Responsabilidade Social de Igreja, despontava uma nova teologia que utilizava o método de leitura do contexto histórico brasileiro como meio de produção teológica. Mas essa não era a totalidade representativa dos evangélicos no Brasil, pois com o fechamento de vários países para a presença missionária europeia e estadunidense, decorrentes do cenário de disputas políticas, econômicas e ideológicas do Pós Guerra, aportaram no Brasil dezenas de organizações evangélicas como editoras, acampamentos, estudantis e de formação de lideranças nem sempre comprometidas com a proposta de contextualização de sua mensagem à realidade brasileira.

Considerações Finais

Paralelo a esse cenário novo com a presença escalonada de organizações estrangeiras no Brasil, houve a aceleração das rupturas litúrgicas, teológicas e práticas dentro das denominações evangélicas, possibilitando um cenário de diversidade sem unidade conceitual,

⁴⁸ FERNANDES, Florestan. Anais da III Conferência sobre a Responsabilidade Social da Igreja. CEB, 1960.

⁴⁹ FERNANDES, 1960, p. 28.

⁵⁰ SILVA, 2012.

⁵¹ SILVA, 2012, p. 177-178.

teológica e institucional dos evangélicos no Brasil, salvo iniciativas menores ou que ainda que reunisse grupos diversificados, não se tornaram uma representação que englobasse a maior parte das grandes igrejas e organizações religiosas de serviço e missão evangélicas.

A busca por espaço do protestantismo brasileiro por ocasião do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil se deu por outros meios que não os de inserção pela via educacional e do diálogo e debate político. No período da chamada abertura política e democrática, os evangélicos entraram no debate pela via parlamentar, mas agora com um cenário diferente pois as grandes igrejas já contavam com um volumoso espaço nas mídias televisivas e de radiodifusão. O projeto agora seria ocupar postos políticos partidários estratégicos para estruturar a presença evangélica como a melhor alternativa moral, política e administrativa no país, na contramão do papel e dos objetivos da Confederação Evangélica do Brasil e sua história.

Os objetivos políticos e teológicos da CEB, que eram de representar e cooperar foram levados à cabo até onde a possibilidade de representatividade democrática foi viável. Com a subida de lideranças fundamentalistas às principais denominações evangélicas no início dos anos 1960, concomitante à ocupação de lideranças de Conselhos e da própria direção da CEB, esse percurso e método de leitura da realidade brasileira por meio de Conselhos propagadores das ideias de unidade e serviço à sociedade, bem como as Consultas com um diálogo dinâmico entre teólogos e cientistas humanos e sociais praticamente se extinguiu no meio do seguimento evangélico nas décadas de 1960 e 1970.

Assim, parte do capital humano e teológico do protestantismo representado nas Consultas do Setor de Responsabilidade Social da Igreja foi deslocado para setores do catolicismo latino-americano na década seguinte, levando ao centro das discussões sobre a pobreza, a presença da Igreja e demais questões envolvendo justiça, terra e sociedade uma teologia cada vez menos de prateleira e mais do chão de nossas terras.

Referências

BASTIAN, Jean-Pierre (Comp.). *Protestantismos y modernidad latino-americana: historia de unas minorías religiosas activas en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

BITTENCOURT FILHO, José. *Caminhos do protestantismo militante: ISAL e Conferência do Nordeste*. Vitória: Unida, 2014.

BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CAMPOS, Leonildo S. O protestantismo de missão no Brasil, cidadania e liberdade religiosa. *Revista Educação e Linguagens*, São Paulo, v. 17, n 1, p. 76 – 116, jan./jun.2014. Disponível em: <https://www.metosdita.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/view/5493>. Acesso em: 04 jul. 2020.

CASTORIADIS, Cornelius. *Sujeito e verdade no mundo social-histórico: Seminários 1986-1987: Criação humana I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica*. Viçosa: Ultimato, 2002.

CAVALCANTI, Robinson. A história dos evangélicos. *Ultimato* (online), Viçosa, 30 nov. 2011. Disponível em: <http://www.ultimato.com.br/conteudo/a-historia-dos-evangelicos>. Acesso em: 10 fev. 2018.

FERNANDES, Florestan. *Anais da III Conferência sobre a Responsabilidade Social da Igreja*. CEB, 1960.

LONGUINI NETO, Luiz. *Pastoral como o novo rosto da missão*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo, 1997.

MENDONÇA, Antônio G. *Desafios missionários do Brasil: uma contribuição sociológica*. IN: VVAA. *Sonhos em parceria*. SP: Missão Presbiteriana do Brasil, 1991.

NAVARRO, Juan B. *Para compreender o ecumenismo*. São Paulo: Loyola, 1995.

RIBEIRO, Boanerges. *Igreja Evangélica e República Brasileira (1889-1930)*. São Paulo: O Semeador, 1991.

ROSA, Wanderley P. No fio da navalha: evangélicos e ditadura militar. In: SANTOS, Francisco de A; GONÇALVES, José M; RIBEIRO, Osvaldo (Org.). *Ciências das religiões aplicadas: interfaces de uma ciência-profissão*. Vitória: Editora Unida, 2014.

ROSA, Wanderley P. *Por uma fé encarnada: teologia social e política no protestantismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Lyndon de A. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira*. São Luís: EDUFMA; São Paulo: ABHR, 2006.

SANTOS, Lyndon de A. Geração 40. *Ultimato* (online). Viçosa, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.ultimato.com.br/conteudo/geracao-40>. Acesso em: 30 maio. 2018.

SCHULTZ, 2005. *Deus está presente - o diabo está no meio: o protestantismo e as estruturas teológicas do imaginário religioso brasileiro*. 2005. 406 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2005. Disponível em: http://www3.est.edu.br/biblioteca/btd/schultza_d.htm. Acesso em: 03 jun. 2018.

SILVA, Elizete da. *O Reino de Deus e a Revolução Brasileira: um olhar protestante*. In: CARNEIRO, Gamaliel da Silva et al. (Org.). *Todas as águas vão para o mar: poder, cultura e devoções nas religiões*. São Luís: EDUFMA, 2012, p.169-190. (v. 1).

TRABUCO, Zózimo. *À direita de Deus, à esquerda do povo: protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)*. Salvador: Saggá, 2016.